

# Papéis Legislativos

| n.1, out. 2010 |



The logo for Necon consists of a stylized 'N' on the left and a stylized 'C' on the right, both rendered in a bold, black, sans-serif font. The 'N' and 'C' are connected to the word 'Necon' in the middle, which is also in a bold, black, sans-serif font.

Núcleo de Estudos sobre o Congresso



Observatório Político Sul-Americano  
<http://observatorio.iesp.uerj.br>

Núcleo de Estudos sobre o Congresso  
<http://necon.iesp.uerj.br/>



---

## O Congresso em 2011 e os possíveis cenários de governabilidade

Papéis Legislativos (ano 4, n.1, out. 2010)

**Fabiano Santos**

*Professor IESP/UERJ e Coordenador NECON*

**Mariana Borges**

*Pesquisadora NECON*

### Introdução

O objetivo é analisar o resultado das eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados e Senado Federal e apontar possíveis cenários da política brasileira em 2011. Partimos do princípio de que a corrida presidencial ainda se encontra indefinida, princípio a partir do qual discutimos questões ligadas à formação da base do governo no Congresso e das relações Executivo-Legislativo quando do debate da agenda pública. Tal análise levará em conta não apenas o tamanho das bancadas dos partidos que se formaram nessa eleição, mas também a agenda prevista para a Legislatura eleita em 2010 (54ª Legislatura).

### 1. Eleições 2010 – a consolidação da base governista

A grande maioria das análises feitas antes das eleições previa que o governo aumentaria sua bancada, sofrendo a oposição diminuição nos seus quadros. Isso de fato ocorreu, conforme resume a figura 1. A base do governo<sup>1</sup> angariou 311 cadeiras, o que representa uma super maioria, ou seja, mais do que o necessário para a aprovação de reformas constitucionais. A oposição, por sua vez, conta com 135 cadeiras e os partidos que se posicionaram de forma independente no pleito presidencial detém 64 cadeiras. Contudo, a balança das cadeiras na Câmara dos Deputados ocorrida com as eleições escapou um pouco da previsão dos analistas, sobretudo no que diz respeito à diminuição da oposição. Para se ter noção mais clara de como a diminuição da oposição no pleito legislativo superou as

---

<sup>1</sup> A coligação da Candidata Dilma é composta pelos seguintes partidos PRB / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B. Já a coligação da oposição é composta por PTB / PPS / DEM / PMN / PSDB / PT do B. PP e PV declaram-se neutros formalmente, contudo o PP deu apoio informal à Candidata do PT e ambos os partidos fazem parte da base do Governo Lula.

expectativas, é interessante comparar a previsão feita pelo NECON<sup>2</sup> com o resultado das eleições (veja o anexo 1 com o resultado da eleição e o previsto para cada partido).

Figura 1- Governo e Oposição eleição 2010

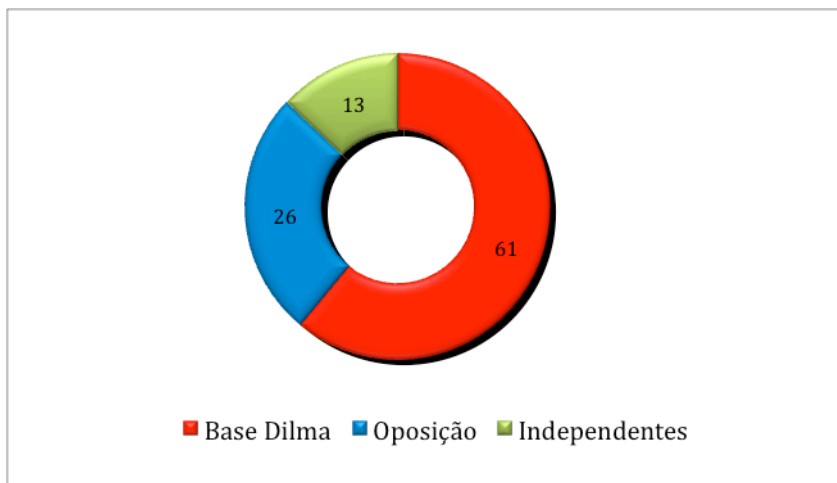
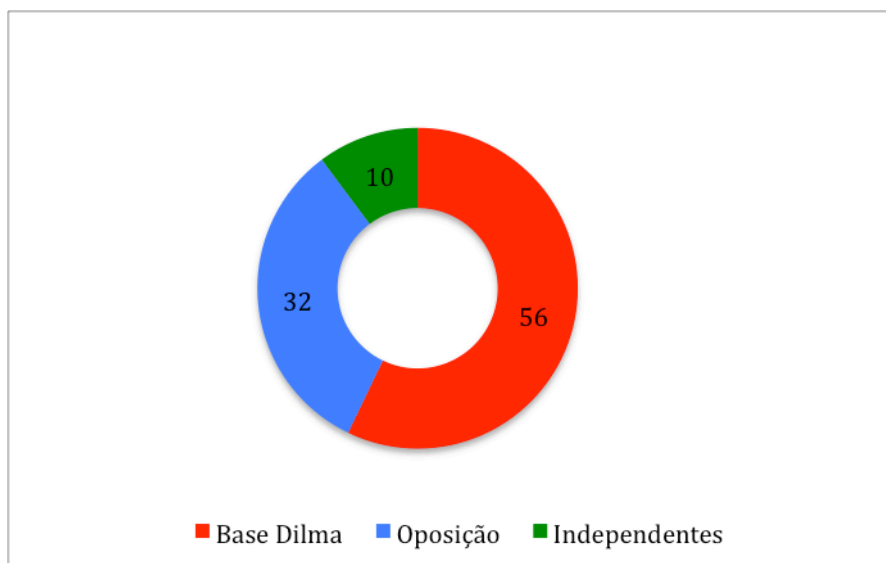


Figura 2 – governo e Oposição segundo modelo NECON



<sup>2</sup> O modelo do NECON que visa prever a quantidade de votos que um partido irá receber na eleição para a Câmara dos Deputados tem dois pressupostos teóricos, estabilidade do sistema e a influência do Presidente. O primeiro é de que o sistema partidário é estável, portanto a votação que um partido recebeu na eleição anterior irá influenciar a quantidade de votos que recebe na eleição seguinte. O segundo pressuposto é que os votos recebidos pelo candidato à Presidência apoiado pelo partido também irá contribuir para votação do partido. Assim, a fórmula que resume tais variáveis, é a que segue:

$$\text{Voto}_\epsilon = \beta_0 + \beta_1 \text{Voto}_{\epsilon-1} + \beta_2 \text{VotAliaPre}_\epsilon + \beta_3 \text{VotPartPre}_\epsilon + u$$

onde:

Voto: % de votos do partido na eleição para a Câmara

VotAliaPre: % de votos do candidato aliado no 1o. turno da eleição presidencial

VotPartPre: % de votos do candidato do partido no 1o. turno da eleição presidencial

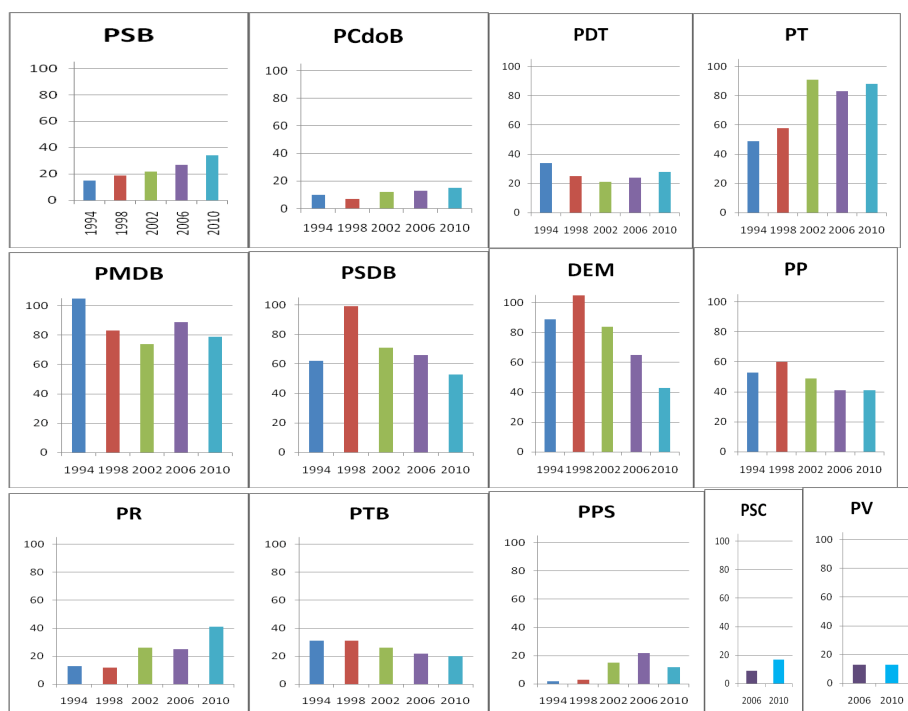
$\epsilon$ : eleição (1994, 1998, 2002, 2006)

Amostra: votação de cada partido nas quatro últimas eleições legislativas proporcionais (1994, 1998, 2002 e 2006).

Como pode ser observado na figura 2, o modelo desenvolvido pelo NECON previu que os partidos da coligação da Candidata do Governo aumentariam suas bancadas e que os partidos na coligação da oposição teriam suas cadeiras reduzidas, ou seja, as tendências indicadas pelo nosso modelo acertaram a direção<sup>3</sup>. A medida da vitória da base aliada, por exemplo, ficou dentro da margem de erro, embora tal aumento nas bancadas dos partidos da coligação de Dilma tenha ocorrido sempre dentro da variação máxima prevista. Entretanto, a derrota dos partidos de oposição se deu de maneira mais acentuada do que a prevista, superando a margem de erro com a qual o modelo foi desenvolvido.

A figura 3 mostra a evolução das bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados desde 1994, evolução que permite melhor percepção da magnitude da derrota impingida aos partidos oposicionistas. Na eleição de 2010, a agremiação de oposição a sofrer mais proporcionalmente foi o PPS, diminuindo 45% do seu tamanho relativamente a bancada que elegeu em 2006. Outros dois grandes perdedores foram DEM, com menos 34% de deputados, o que o faz perder sua condição de grande partido, passando a ser classificado como partido médio, com 43 cadeiras, e o PSDB com menos 20%. Este partido acabou elegendo apenas 53 deputados para a próxima legislatura.

Figura 3 – A evolução das bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados



<sup>3</sup> A única exceção a essa tendência indicada pelo modelo do NECON era o PMDB, que, apesar de estar na coligação do governo, iria diminuir, o que de fato ocorreu, para a surpresa de muitos.

Já na base aliada, apesar de muitos terem previsto que o PT alcançaria a marca de 100 deputados, tal crescimento foi de apenas 6% relativamente ao resultado da eleição anterior, vale dizer, dentro da variação prevista pelo modelo NECON. De qualquer forma, o PT será dono da maior bancada da Câmara com 88 Deputados. A segunda maior bancada será o PMDB com 79 cadeiras, uma queda de 11% em relação à bancada anterior, tendo sido o único partido da base aliada a ver reduzido seu tamanho. Na verdade, os grandes vencedores da base aliada foram o PR, que ampliou seus quadros eleitos em 64%, consolidando-se como partido médio, com 41 deputados, além de deter agora a condição de segundo mais importante aliado da base governista, somente atrás do PMDB. Tal fato se explica em grande medida pelo crescimento no Rio de Janeiro, através da grande votação recebida por Anthony Garotinho (PR/RJ). O PSB cresceu 26% e agora tem 34 cadeiras. Os pequenos partidos da coligação de Dilma também cresceram significativamente, o PRB saiu de 1 deputado para 8 em 2011 e, talvez a maior novidade, o pequeno PSC surpreende alçando sua bancada de 9 para 17 cadeiras.

No Senado, o cenário repetiu-se, como se pode depreender da Figura 5. De uma forma geral, os governistas saem vitoriosos e a oposição diminui significativamente. A coligação da candidata governista conquistou 49 cadeiras, exatamente os 3/5 necessários para a aprovação de emendas constitucionais. A oposição diminui para 24 cadeiras, somando os independentes 7 cadeiras. Em relação à evolução de cada partido, figura 5, PMDB e PT aumentaram na faixa de 30% suas bancadas, sendo que o primeiro passa a ser o maior partido da casa com 20 senadores, seguido pelo segundo com 14 cadeiras. O PR cresceu também no Senado e agora tem 4 cadeiras. PRB e PDT foram as únicas agremiações governistas a perderem cadeiras. O PP apesar de ter se declarado independente na corrida presidencial, fez parte da base do governo Lula e foi o que mais cresceu proporcionalmente, aumentando seu tamanho na casa em 4 vezes. Embora com ampla maioria, sabe-se que a base governista não pode contar com senadores declaradamente dissidentes, como Jarbas Vasconcellos (PMDB/PE), além de alguns independentes, casos de Cristovam Buarque (PDT/DF), Ana Lemos (PP/RS), Pedro Simon (PMDB/RS) e Luiz Henrique (PMDB/SC).

Figura 4 – Governo e oposição no Senado eleito em 2010

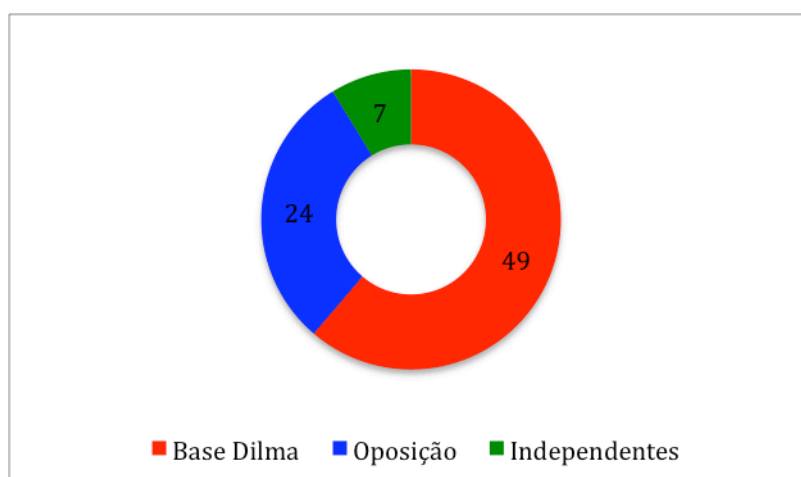
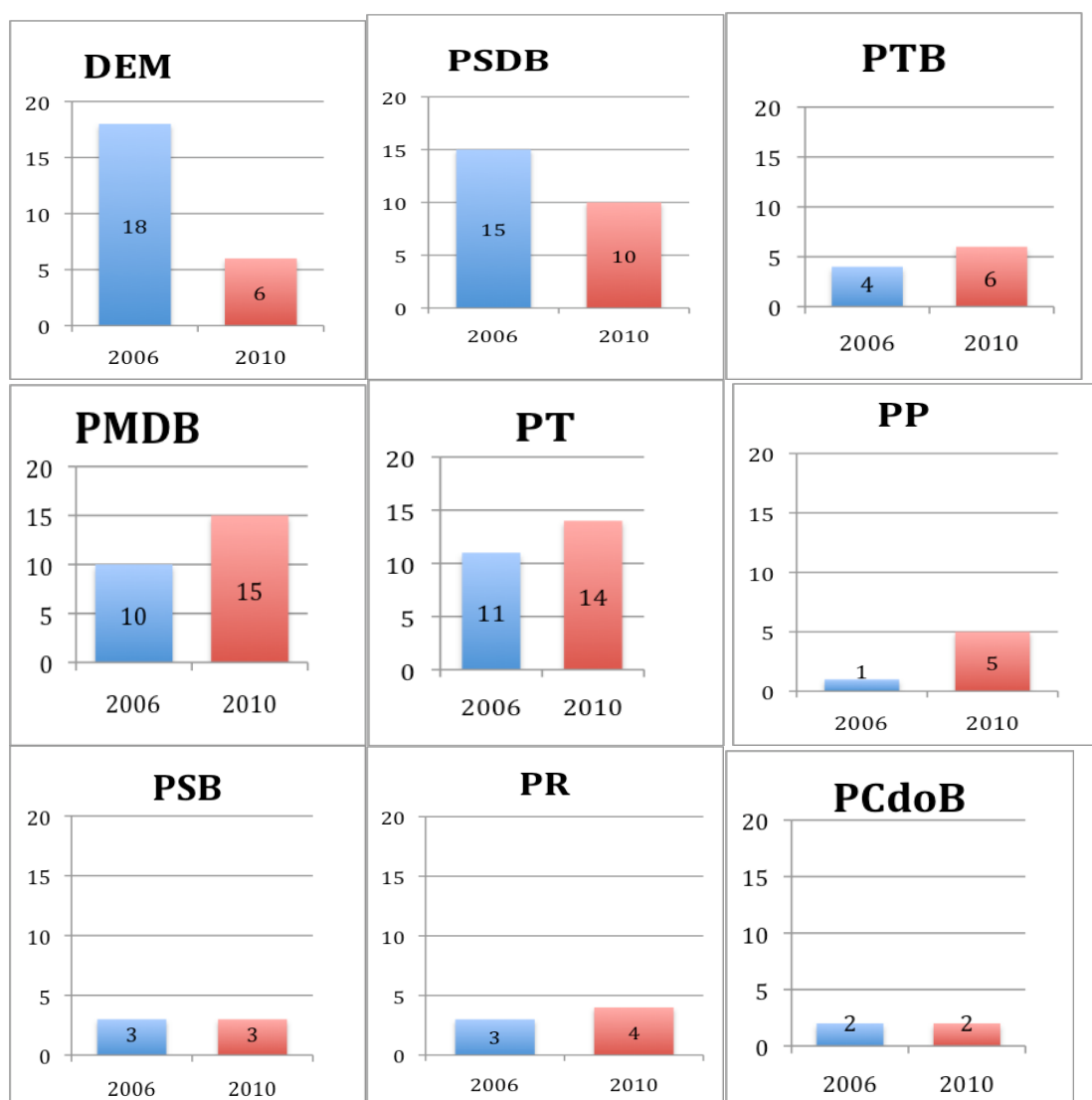


Figura 5 – Evolução das bancadas no Senado em 2006 e 2010



Já na oposição, a derrota no Senado talvez tenha sido ainda mais dura do que a verificada na Câmara. O DEM, que até então detinha a maior bancada, perdeu 67% de cadeiras e agora conta com apenas 6 senadores. O PSDB também perdeu 5 senadores, o equivalente a 30% da bancada que elegeu em 2006. Dentre as perdas desses dois partidos, estão importantes figuras da oposição como Heráclito Fortes (DEM/PI), Artur Virgílio (PSDB/CE), Marco Maciel (DEM/PE), Tasso Jereissati (PSDB/CE). Na coalizão oposicionista, apenas o PTB aumentou sua bancada, com mais 2 senadores, relativamente a que foi eleita em 2006. Cumpre observar que apesar de estar na coligação do candidato da oposição, o PTB fez parte da base do governo Lula durante quase toda a 53ª Legislatura.

O quadro representa, certamente, vitória da base governista, que acabou conquistando super maiorias, tanto na Câmara, quanto no Senado. Se na 53ª Legislatura a base de apoio de Lula já contava com maioria na Câmara, ainda havia grande dificuldade do governo no Senado, já que a oposição detinha 41% das cadeiras, o suficiente para vetar as reformas constitucionais, como foi o caso da não prorrogação da CPMF em 2007. A partir do novo cenário, estabelecido a partir das eleições de 2010, construiremos nas seções seguintes possíveis cenários de governabilidade. Em primeiro lugar, analisaremos a hipótese de vitória da candidata do governo, Dilma Rousseff. Em seguida, examinamos a hipótese da vitória da oposição, isto é, de José Serra, na corrida presidencial.

## **2. A agenda e o mediano do Congresso em 2011**

Com a posse de uma nova Legislatura, as grandes reformas voltam à pauta do Congresso - três delas, sobretudo, retornam às manchetes jornalísticas: a reforma política, a reforma tributária e a reforma da previdência. No governo Lula, tivemos, por exemplo, duas tentativas não bem sucedidas de aprovação da reforma tributária. A reforma da previdência vem sendo considerada como urgente diante das mudanças da pirâmide populacional brasileira, mas parece ser consenso entre os atores políticos que dificilmente mexerá nos direitos dos atuais segurados. A reforma política também foi defendida pelos dois principais candidatos à Presidência; temas como financiamento público de campanha, lista fechada e voto distrital devem voltar à pauta do Congresso.

Além disso, há também os temas que se colocam em virtude da natureza de centro-esquerda da coligação vitoriosa no Congresso. Desagregando um pouco os dados das bancadas da coligação governista e oposicionista, é possível verificar

que a esquerda<sup>4</sup> saiu fortalecida do pleito legislativo de 2010, não só o PT, mas também seus aliados, PDT e PCdoB, e sobretudo, o PSB, conforme se observa na comparação das figuras abaixo, tanto na Câmara quanto no Senado. Os partidos de esquerda somam sozinhos 33% das cadeiras enquanto que a direita<sup>5</sup> apenas 21%. No Senado a redução da direita também foi drástica, de 34 cadeiras passam a deter apenas 19. Ainda que a corrida presidencial esteja indefinida, apesar das maiores chances apontadas pelas pesquisas da candidata do governo, o pleito legislativo representou a vitória da coligação de centro-esquerda que deu base ao governo Lula, consolidando assim o mediano do Congresso na centro-esquerda.

Figura 6 – Distribuição Ideológica das bancadas eleitas para a Câmara do Deputados em 2006

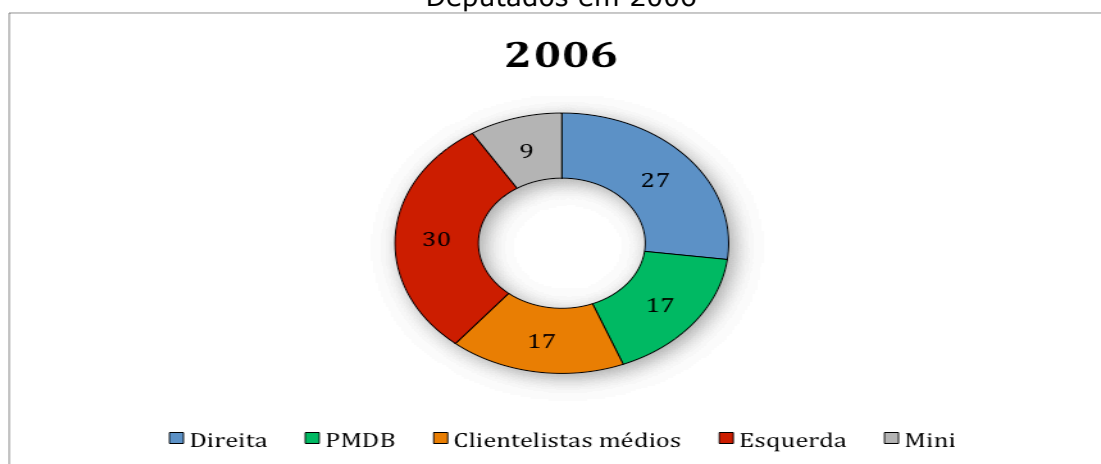
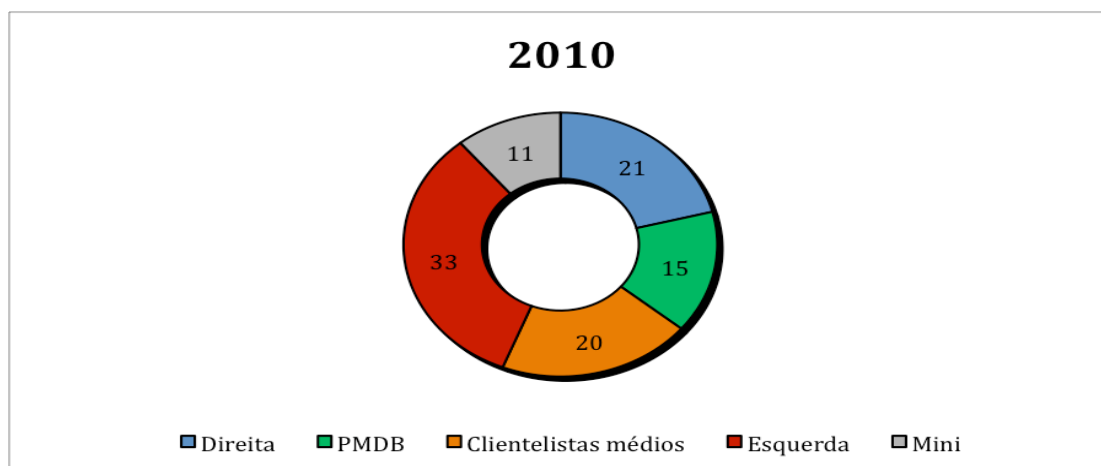


Figura 7 - Distribuição Ideológica das bancadas eleitas a Câmara do Deputados em 2010



<sup>4</sup> Considero como de esquerda, os seguintes partidos PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL. Esse último, mesmo não fazendo parte da base do governo, elegeu 3 deputados.

<sup>5</sup> Considero como direita, o DEM, o PSDB e o PPS, que estão unificados na oposição ao governo Lula. Cumpre ressaltar que a classificação tanto para os partidos de esquerda quanto os da direita é ampla, pois engloba, respectivamente, tanto os partidos mais ao centro (à esquerda e à direita), como PT e PSDB), quanto os partidos mais ao extremo do espectro ideológico.



Figura 8 – Distribuição Ideológica das bancadas eleitas para o Senado em 2006

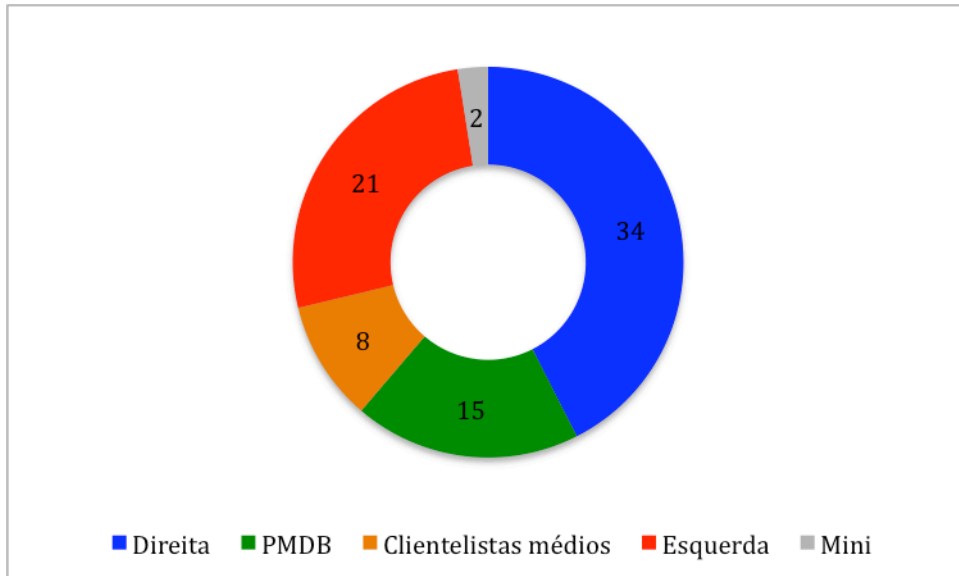
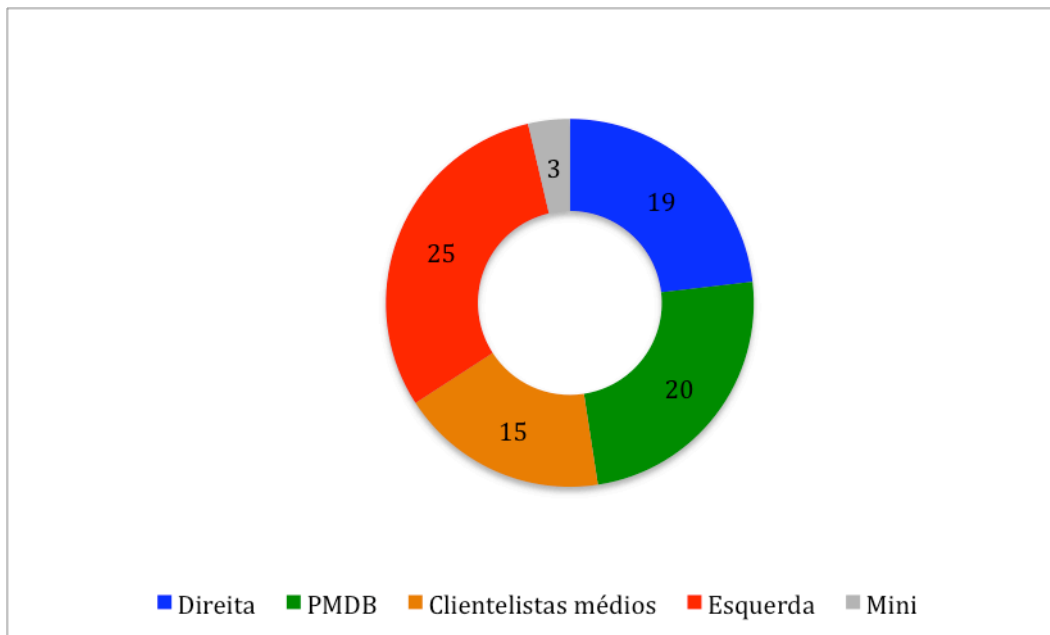


Figura 9 - Distribuição Ideológica das bancadas eleitas para o Senado em 2010



Outra grande bancada que aumentou de 2006 para 2010 nas duas casas foi a dos partidos classificados como clientelistas. São assim considerados o PR, o PP e o PTB, partidos de médio porte e que participaram indistintamente dos governos Lula e FHC<sup>6</sup>. Contudo, o principal responsável por esse aumento na Câmara dos

<sup>6</sup> Além do comportamento desses partidos ter sido ideologicamente inconsistente, eles são classificados como clientelistas também porque há evidências (Borges, 2010) de que o seu sucesso

Deputados foi o PR já que o PP se manteve igual e o PTB diminuiu. O PR, mesmo podendo ser classificado à direita na dimensão moral, tem exibido comportamento à esquerda no que tange a temas econômicos. Uma das razões de tal fato é a mudança do perfil sociológico de seus deputados (Rodrigues, 2006), que deixou de ser empresarial, para agregar perfil mais popular em sua bancada, sobretudo de pastores evangélicos. Exemplo dessa tendência é o PR/RJ, que elegeu a maior bancada do partido (8 deputados) com a grande votação de Garotinho, ligado aos setores evangélicos. A aproximação a uma ideologia mais a esquerda no campo econômico ainda pode ser vista na manifestação do PR/RJ que, apesar de não ter dado apoio formal a Candidata Dilma, afirmou que por razões ideológicas rejeita a proposta representada pela candidatura da oposição<sup>7</sup>.

Quanto ao PMDB, que representa o centro ideológico do Congresso, a agremiação encontra-se pela primeira vez apoiando formalmente a candidatura do PT à Presidência, tanto que é vice na chapa de Dilma, e desde 2004 participa da base do governo Lula. É sabido que o partido apresenta dissidências oposicionistas, contudo, as maiores bancadas eleitas pelo partido em cada região ocorreram exatamente nos estados em que há uma aliança consolidada com o governo nacional<sup>8</sup>. Assim, o PMDB apresenta dissidentes, mas o pleito legislativo consolidou o campo mais próximo ao governo.

Esses dados indicam que o mediano do Congresso consolidou-se na centro-esquerda e, portanto, a agenda já acordada no governo Lula deve continuar. Além dos projetos de investimento em infra-estrutura e habitação, o PAC e o “Minha casa, minha Vida”, e das políticas sociais, o bolsa-família, efetivados pela aliança de centro-esquerda, há também a discussão ainda pendente do código florestal e da reforma do modelo de agência reguladora. Na área da saúde, tanto Serra, quanto Dilma, prometem levar adiante a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 visando assegurar a destinação dos recursos para a saúde.

Diante da agenda já acordada, além da agenda prospectiva que surge da inflexão ideológica ocorrida no Congresso em seu conjunto, construímos, nas próximas duas seções, cenários de governabilidade - configurados a partir das possibilidades de vitória da candidata do governo e do candidato da oposição.

---

eleitoral esteja vinculado ao grau de acesso aos recursos públicos localizados, daí serem os partidos governistas por excelência.

<sup>7</sup> Manifesto PR/RJ divulgado no dia 15/10/2010 e disponível em: <http://www.blogdogarotinho.com.br/artigo.aspx?id=6683>

<sup>8</sup> No Sudeste, as maiores bancadas foram Minas Gerais e Rio de Janeiro, em São Paulo o PMDB elegeu apenas um deputado. No Centro-oeste a maior bancada ficou em Goiás. No Nordeste foram o Ceará e a Paraíba. Já no Norte, a maior bancada veio do Maranhão. Assim, pode-se dizer que o PMDB governista foi o grande vitorioso. O Sul, região em que o PMDB local se consolidou na oposição, elegeu 15 peemedebistas.

### **3. Cenário 1 – Vitória de Dilma**

O cenário mais provável que se apresenta pelas pesquisas de intenção de voto, é o de vitória da candidata do governo. Se isso se concretizar, Dilma contará com ampla maioria na Câmara e no Senado. Além disso, sairá do pleito com forte apoio, não apenas porque este fora consolidado pelo desempenho dos partidos que formam sua coligação eleitoral nas eleições legislativas, mas também pelo equilíbrio alcançado pelos mesmos, em termos de distribuição de pastas ministeriais no governo Lula. A isso se soma o fato do aumento da bancada de esquerda no Congresso, o que irá diminuir os custos de transação na busca de apoio dos partidos. A preferência ideológica do mediano do Congresso estará mais próxima da Presidenta do que jamais esteve no governo Lula, sendo assim, Dilma poderá construir aliança menos heterogênea ideologicamente e menos dependente dos partidos clientelistas.

Nesse cenário, Dilma é a candidata que apresenta melhores condições para a aprovação, isto é, aos menores custos de transação, as grandes reformas, tais como a tributária e a previdenciária. A reforma política, contudo, ainda será objeto de difícil discussão, diante do crescimento da bancada dos pequenos partidos, que se beneficiam da manutenção do sistema atual. Quanto à agenda já iniciada pela aliança de centro-esquerda, Dilma, é possível prever, contará com ainda maior facilidade do que Lula para continuar os programas sociais e de investimento em infra-estrutura, habitação e saneamento básico.

### **4. Cenário 2 – Vitória de Serra**

No caso de vitória de Serra, apresentamos 3 possíveis saídas que o candidato da oposição poderia utilizar para obter condições mínimas de governabilidade, lembrando que sua coligação é minoritária no Congresso tendo alcançado apenas 26% das cadeiras na Câmara e 30% do Senado.

#### *(i) Inflexão de Serra ao mediano do Congresso*

O cenário mais improvável é que Serra faça inflexão em direção ao mediano do Congresso, ou seja, que caminhe para a centro-esquerda, tentando assim montar uma aliança com os dois maiores partidos na Câmara, PT e PMDB, traíndo a sua coligação de centro-direita. Tal quadro, contudo, é bastante inverossímil diante da polarização atual entre os dois partidos mais importantes em se tratando de pleitos presidenciais, PT e PSDB.

Aqui, poder-se-ia garantir a continuidade da agenda de centro-esquerda colocada pelo governo Lula, sendo as grandes reformas constitucionais de alguma forma prejudicadas. Diante de tal mudança na configuração ideológica da aliança, Serra dificilmente poderia contar com partidos disciplinados na sua base original, DEM e PSDB, o mesmo ocorrendo no caso de um improvável apoio do PT e do PMDB.

*(ii) Serra mantém-se à direita do Mediano do Congresso e governa com minoria*

Uma situação intermediária à improvável inflexão de Serra à esquerda, é a de se manter à direita e faça um governo de minoria, contando com apoio somente dos partidos ideologicamente mais próximos a ele. Apesar de não ser o cenário mais factível, tal quadro pode ocorrer, principalmente, se Serra mantiver posição assumida ao longo da campanha, a saber, a de não fazer indicações políticas para os cargos de 2º e 3º escalões. Tal posicionamento será com certeza forte entrave a um eventual apoio do PMDB a Serra, sobretudo diante da vitória dos atuais governistas do PMDB nesse pleito. Outro fator que pode favorecer esse quadro é a provável pouco robusta popularidade de Serra, o que diminui ainda mais o seu capital político para atrair aliados.

Nesse cenário, ocorrerá um típico governo de minoria, em que o governo negocia caso a caso com a oposição e impõe a sua agenda trancando a pauta do Congresso com as Medidas Provisórias. Tal situação conflituosa, em que o Presidente fica à mercê do apoio da oposição, permanece até que haja um realinhamento das forças políticas nas eleições municipais seguintes. Aqui se pode vislumbrar que a agenda de esquerda colocada pelo governo Lula, com os investimentos sociais e em infra-estrutura, será significativamente afetada. Não haveria também o menor espaço nesse Congresso, de governo minoritário, para aprovação das grandes reformas, necessitadas que são de ampla maioria.

*(iii) Serra se mantém à direita do Mediano do Congresso e governa com os clientelistas*

Este é o cenário mais provável que se coloca. Serra mantém a coerência ideológica da base partidária que o sustenta e não busca alianças com bancada de esquerda, majoritária no Congresso. Para alcançar maioria, Serra terá que buscar então o apoio do PMDB, dos partidos clientelistas e dos pequenos partidos. Contudo, toda a conjuntura aqui descrita contribui para que esse apoio torne-se bastante caro, podendo-se pensar até em um "mensalão ampliado". Em 2002 quando o governo Lula elegeu-se minoritário e teve que buscar o apoio dos

partidos clientelistas, a bancada de esquerda somava 28% das cadeiras, proporcionalmente, portanto, maior do que os atuais 21% da bancada de direita. Lula contava ainda com o apoio de parte da bancada da oposição, já que as políticas que iniciou no governo derivavam em grande medida da agenda herdada do governo FHC (Santos, 2003). Acrescente-se a isso, a confirmação da pouco robusta popularidade de Serra, tornando ainda mais custosa a cooptação dos partidos clientelistas. Há também a proximidade ideológica na dimensão econômica com a esquerda que se consolidou no PR, que junto com o PP é o maior partido clientelista, e com setores do PMDB. Finalmente, tanto PP e PR quanto os pequenos partidos já se encontram acomodados na base de sustentação de Lula e para cooptá-los Serra terá o desafio de operar completa reconfiguração do equilíbrio partidário pretérito.

Nesse quadro, é possível para Serra alcançar uma maioria para governar, ao preço, porém, de cooptação de partidos que não costumam “cobrar barato” operações de apoio que sinalizem inconsistências ao eleitorado. Como o tamanho da bancada da direita, que poderá apoiar o Serra em termos mais ideológicos, é bastante pequena, Serra vai depender muito do apoio dos deputados mais fisiológicos e a atual conjuntura do mediano do Congresso na centro-esquerda inflaciona ainda mais esse apoio. Com esse cenário, Serra poderá realizar parte de sua agenda governamental, mas a um alto preço - pago para cooptar os deputados mais fisiológicos. De toda forma, o ambiente ainda não será o mais propício para as reformas constitucionais, diante do alto custo de transação do apoio à Serra e da necessidade de ampla maioria para aprová-las.

### **Conclusão**

O pleito legislativo de 2010 representou uma grande vitória da coligação de centro-esquerda que deu base ao governo Lula e uma forte diminuição dos quadros da direita. Além dos partidos de esquerda que saíram fortalecidos, os aliados clientelistas também cresceram ao se aproximarem da agenda do governo. Nesse contexto de fortalecimento da bancada de esquerda, um governo de Dilma seria o melhor cenário, tanto em termos de uma governabilidade mais consistente ideologicamente, quanto no atual quadro em que as grandes reformas constitucionais parecem de importância vital. Certamente, Dilma ainda terá de contar com o apoio dos partidos clientelistas, todavia, sua dependência relativamente a estes seria bem menor do que a do candidato da oposição.

No caso de vitória da oposição na Presidência, os cenários são mais indefinidos. Serra pode optar por uma improvável inflexão à esquerda e dar continuidade a agenda já estabelecida, mas mesmo assim ainda deverá enfrentar partidos indisciplinados. Outra possibilidade é de fazer um governo minoritário tentando aprovar sua agenda caso a caso e negociando com a oposição. Em um cenário mais provável, Serra buscaria o apoio dos quadros mais fisiológicos do Congresso, contudo, a um preço "caro", tanto em termos de ministérios e orçamento a ceder, quanto à credibilidade a perder, pois vindo de um candidato que se posiciona ao final da campanha como acima dos partidos.

### **Referências**

BORGES, Mariana (2010). "Do parlamento ao eleitoral: do clientelismo à ideologia". Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2006), *Mudanças na classe política brasileira*; São Paulo: Publifolha.

SANTOS, Fabiano (2003), "A centro-esquerda – são 2 pra lá, 2 pra cá" in *Insight – Inteligência*, n. 22, ano VI – 3.

Dados extraídos de: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Anexo I - Quadro comparativo das Previsões para a Câmara dos Deputados e o Resultado das eleições de 2010

<b>PARTIDO</b>	<b>%Cadeiras Eleição 2010</b>	<b>NECON</b>	<b>DIAP</b>	<b>Patri/Arko</b>
<b>PMDB</b>	15	13 [14;12]	[19;15]	+/=19
<b>PT</b>	17	17 [18;16]	[21;18]	+18
<b>PSB</b>	7	6 [7;5]	[8;6]	+5
<b>PR</b>	8	7 [8;6]	[8;5]	
<b>PDT</b>	6	5 [6;4]	[6;4]	=5
<b>PCdoB</b>	3	3 [4;2]	[4;2]	=3
<b>PSC</b>	3	2 [3;2]	[2;1]	
<b>PRB</b>	2	3 [4;2]	[2;1]	
<b>Governo</b>	61	56 [64;49]	[70;52]	
<b>PP</b>	8	6 [7;5]	[9;7]	= 8
<b>PV</b>	3	4 [5;3]	[3;2]	
<b>Independentes</b>	11	10 [12;8]	[12;9]	
<b>PSDB</b>	10	14 [15,13]	[14;11]	=13
<b>DEM</b>	8	10 [10,9]	[7;4]	-10
<b>PTB</b>	4	4 [5,4]	[6;3]	
<b>PPS</b>	2	4 [4,3]	[4;3]	
<b>Oposição</b>	24	32 [34;29]	[31; 21]	